

# Coisas do Gênero

REVISTA DE ESTUDOS FEMINISTAS EM TEOLOGIA E RELIGIÃO



Coisas do Gênero é licenciada  
sob uma Licença Creative Commons

## Violência ao gênero feminino: uma discussão da teologia feminista<sup>1</sup>

Violence to the feminine gender: a discussion of feminist theology

Soelma Costa da Fonseca Lima\*

**Resumo:** O texto apresenta um processo analítico a respeito das relações de gênero que acontecem na cultura, na sociedade e na religião. Nele, usam-se bibliografias diversas que dão sustentação ao tema. O método utilizado é o hipotético dedutivo. A mulher, no decorrer da história, tem sofrido em meio a uma sociedade misógina, em que o masculino não só é desigual do feminino como também é visto como um ser superior e que possui o domínio em suas mãos. A mulher é submetida à discriminação desde antes da sua existência, pois quando ela nasce a cultura já ditou qual o seu verdadeiro papel. É com vistas nisto que surge o movimento feminista carregando, em si, o compromisso de pôr fim à dominação masculina e à estrutura patriarcal. Com isso, acredita-se que haverá uma conquista de direitos sem, contudo, assumir o espaço dos homens.

**Palavras-chave:** Análise. Mulher. Poder. Dominação masculina.

**Abstract:** This paper presents an analytical process regarding gender relations that take place in the culture, religion and society. Its topic is supported by several writings. Its method is the hypothetical deductive method. The woman throughout history has suffered a misogynist society where the male is not only uneven female, as is also seen as a superior being and having the domain in their hands. Women are subjected to discrimination since before its existence because when it comes to culture have dictated what their true role in its existence. It is in order that it appears the feminist movement pressing itself the commitment to end the male domination and patriarchal structure. Thus, it is believed that there will be a rights acquisition, without however take men space.

**Keywords:** Analysis. Woman. Power. Male domination.

### Introdução

É imprescindível, antes das opiniões apresentadas neste trabalho, que se conceitue gênero, uma vez que este é reconhecido como sendo uma categoria de análise e se apresenta com o objetivo de referir-se ao feminino e masculino diferentemente daquilo que comumente se

<sup>1</sup> Artigo extraído da dissertação de mestrado intitulada *E Maria vai com as outras: Uma abordagem Feminista sobre as mulheres na Igreja*. EST – Escola Superior de Teologia. São Leopoldo-RS, 2011.

\* Doutoranda em Estudos Clássicos Universidade de Coimbra (UC), Faculdade de Letras. Mestra em Teologia (EST) Pós-graduada em Teologia, Ética e Educação (EST). Licenciada em Filosofia (FBB). Licenciada em Pedagogia (Kyrios). Bacharela em Teologia (FBB). Contato: soelmafonseca@hotmail.com



entende por sexo. Os estudos intercedidos pela categoria de gênero evidenciam os processos normativos de construção do saber, visando a desnaturalização de processos que são socialmente construídos em detrimento da mulher.<sup>2</sup>

O sexo é referenciado à razão biológica de que a raça humana é uma das que se multiplica por meio da diferença sexual, à medida que gênero armazena relações com a interpretação que cada comunidade conferia a tal fato que, incontendivelmente, diz respeito a todos indistintamente.

### Conceituando gênero

Gênero é o conjunto de símbolos, práticas, representações, normas e valores da sociedade que os grupos realizam a partir da dessemelhança sexual.

Segundo Scott, as diferenças de gênero são construções sociais e isto não é nenhuma novidade. Há muito tempo o tema da “diferença sexual” é objeto de estudo das ciências sociais e da antropologia. A novidade não está na colocação da temática, mas na perspectiva de análise inaugurada pelas teóricas feministas, ou seja, uma perspectiva crítica que aponta para novas formas de interrogar e priorizar a questão da diferença e da igualdade não só entre homens e mulheres, mas entre mulheres e entre homens, categorias que não são em si universais. Essa nova vertente analítica abre uma possibilidade radical para pensar simultaneamente a diferença e a igualdade na sua universalidade e singularidade que permite resgatar o processo de transformação das relações de gênero, apontando para as diferentes expressões da masculinidade e da feminilidade.<sup>3</sup>

O termo gênero significa o elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos.<sup>4</sup> Percebe-se que o cerne dessa definição está embasado numa ligação integral entre o ser constitutivo de relações sociais, além de uma maneira de significar relações de poder. Assim sendo, gênero nada mais é do que uma elaboração histórica, sociocultural, não somente teórica como também prática, cuja hegemonia da dominação masculina em detrimento da feminina se mostra clara e evidente nas mínimas facetas do cotidiano sobre os corpos e sobre a mente, tanto de homens quanto de mulheres. Tal relação se dá quando se atribui algo como lugar e papel da mulher.

O interior, escuro, fechado e privado o cuidar do lar e dos filhos, bem como a dependência “homens de sua família” o ser companheira do homem, a pureza, e docilidade, em contrapartida, o homem é associado ao exterior, claro, aberto e público e espera-se dele a virilidade, racionalidade, a força, o controle, o enaltecimento de seu trabalho, sua profissão, a produção, sucessos, aventuras, conquistas, o Ser provedor da

<sup>2</sup> MUSSKOPF, André S; STROHER, Marga J. *Corporeidade, etnia e masculinidade*. Reflexões do congresso latino americano de gênero e religião. São Leopoldo, Sinodal, 2005, p. 64.

<sup>3</sup> ARAÚJO, Maria de Fátima. Conjugalidade, Parentalidade e Gênero. *Psicologia Clínica*, vol 17, n. 2. Rio de Janeiro, RJ, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652005000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652005000200004)>. Acesso em: 14 set. 2016.

<sup>4</sup> ARAÚJO, 2005.

vida e do destino da família, além do controle das emoções, tidas como sinônimo de fragilidade.<sup>5</sup>

Conforme Scott, fazer uma análise de gênero permite estudar a crítica à dominação masculina cuja maior expressão histórico-cultural é o sistema do patriarcado.<sup>6</sup> Ela diz que gênero pode incluir o sexo, mas, não é diretamente determinado por ele e nem determina diretamente a sexualidade.<sup>7</sup>

Vale destacar que, como categoria de análise, gênero tem o proveito de propor uma transformação dos paradigmas do conhecimento tradicional, não apenas acrescentando novos temas, mas também exigindo “um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente”.<sup>8</sup>

Muitos daqueles que escrevem a história das mulheres consideram-se envolvidos em um esforço altamente político, para desafiar a autoridade dominante na profissão e na universidade para mudar o modo como a história é escrita. E grande parte da história das mulheres, mesmo quando opera com conceito de Gênero, está voltada para as preocupações contemporâneas da política feminista [...]. Mais do que postular uma simples correlação, precisamos pensar sobre este campo como um estudo dinâmico na política da produção de conhecimento.<sup>9</sup>

Primeiramente é necessário haver o conhecimento de que sexo se refere ao fator biológico de que a espécie humana é uma das que se reproduz mediante a diferenciação sexual, ao passo que gênero guarda relação com os significados que cada sociedade atribui a tal fato, que diz respeito a todos indistintamente. Sendo assim, gênero é o “conjunto de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades elaboram a partir da diferença sexual anátomo-fisiológica e que dão sentido, em geral, às relações entre pessoas sexuadas”.<sup>10</sup>

Ao evidenciar o termo gênero pela primeira vez em meados do século XX, Scott o significou como “elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”.<sup>11</sup> Gebara diz que, apesar do avanço em termos de estudos, pode-se afirmar que o assunto está longe de ser encerrado. Assim, compreende-se que gênero é um produto social aprendido, institucionalizado e transmitido de geração a geração. A autora apresenta a questão do mal que é vivido e reproduzido pelas instituições e estruturas culturais que o sustentam, sem ter consciência que sua ação reflete no cotidiano das pessoas sem ser chamado de mal.

<sup>5</sup> FAGUNDES apud ROSSINHOLLI, Dinamar Reis. *A mulher fazendo teologia*. Monografia de Bacharelado. Feira de Santana, 2007, p. 102.

<sup>6</sup> SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres, 2002. Disponível em: <[http://coletivofeminista.blogspot.com/2008/03/feminismo\\_dilemas\\_velhos\\_e\\_novos\\_u\\_ma.html](http://coletivofeminista.blogspot.com/2008/03/feminismo_dilemas_velhos_e_novos_u_ma.html)>. Acesso em: 12 jan. 10.

<sup>7</sup> GUEDES, Ma. Eunice Figueiredo. *Psicologia: Ciência e Profissão. Gênero o que é isso?* Vol. 15, n. 1-3, Brasília, 1995.

<sup>8</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol. 16, n. 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p. 6.

<sup>9</sup> BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1991, p. 66.

<sup>10</sup> BARBIERI DANTAS, Maria das Graças. *O ministério das mulheres*. Monografia de Bacharelado, Feira de Santana, 2008, p. 35.

<sup>11</sup> SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de Análise Histórica. *Educação & Realidade*. vol. 20 nº 2, jul./dez. Porto Alegre, 1995, p. 71-99. p. 86. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/71721-297572-1-PB.pdf.



Esse mal se traduz na dominação majoritária masculina, que facilmente são percebidos nas relações de gênero, onde não somente os homens são sustentadores deste sistema androcêntrico, mas também as próprias mulheres o reproduzem por ser uma questão que já está internalizada e, portanto, não se apercebem destes tipos de violência simbólica, física e moral que vigoram desde há muito tempo na sociedade.

Conforme Scott,<sup>12</sup> “gênero é uma categoria de análise que se refere à construção e organização social da relação entre os sexos” e que confere papéis sociais adequados aos homens e às mulheres. Fazer uma análise de gênero permite estudar a crítica à dominação masculina cuja maior expressão histórico-cultural é o sistema do patriarcado. Pode-se constatar isto nas Escrituras.

Ao recordar a trajetória da mulher e a opressão vivida por ela, percebe-se a sua resistência em lutas por novas relações na história. Esta “memória perigosa” vem sendo discutida há tempos, e vale salientar que tal aspecto não difere do ambiente eclesiástico. Alberto Yamabuchi confirma essa repressão sobre as mulheres no âmbito eclesiástico:

As principais expressões que definiam a condição feminina no contexto da tradição da Igreja cristã: silêncio, sujeição, transgressão (pecado). A mulher era considerada inferior ao homem, mas o seu pecado – o de ter sido enganada na Queda (Gênesis 3) – acrescentava-lhe outro grande peso: o de possuir uma malignidade maior do que o homem. Assim, o mal na mulher estava em seu ser, portanto, um mal naturalizado. Desse modo, os homens foram associados a tudo o que é sagrado, divino, enquanto as mulheres foram consideradas participantes do seu oposto, qual seja do carnal, profano.<sup>13</sup>

Há uma suspeita que as manipulações do poder masculino no campo religioso, através dos discursos, práticas e interpretação da Bíblia, referem-se ao medo dos homens de se submeterem à liderança das mulheres na comunidade cristã. Por exemplo, a interpretação fundamentalista das seguintes recomendações do apóstolo Paulo para a Igreja do século I serviu e ainda serve de base para essa disposição contra as mulheres no campo do poder religioso.

A mulher aprenda em silêncio, com toda a sujeição. Não permito, porém, que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E Adão não foi enganado, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão. Salvar-se-á, porém, dando à luz filhos, se permanecer com modéstia na fé, na caridade na santificação (I TM 2:11-15).<sup>14</sup>

No texto de Paulo a Timóteo, encontramos as principais expressões que definem a condição feminina no contexto da tradição da igreja cristã: silêncio, sujeição, transgressão (pecado). A mulher era

<sup>12</sup> SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres, 2002.

<sup>13</sup> YAMABUCHI, Alberto Kenji. *Uma Voz Paradoxal: A visibilização do conflito de gênero e poder na Convenção Batista Brasileira dos anos oitenta através do livro Centelha em Restolho Seco de Betty Antunes de Oliveira*. São Paulo 2008 pág. 2. Disponível em <http://www.metodista.br/ppc/netmal-in-revista/netmal02/uma-voz-paradoxal-a-visibilizacao-do-conflito-de-genero-e-poder-na-convencao-batistabrasileira-dos-anos-oitenta-atraves-do-livro-centelha-em-restolho-seco-de-betty-antunes-de-oliveira#id40>. Acessado em agosto de 2010

<sup>14</sup> BÍBLIA DO ESTUDO DO EVANGELISTA. Trad. João Ferreira de Almeida. São Paulo: Junta de Educação Religiosa e Publicações, 2002.



considerada inferior ao homem, mas o seu pecado, o de ter sido enganada na queda (Gênesis 3), acrescentava-lhe outro grande peso: o de possuir uma malignidade maior do que o homem.

Assim, o mal na mulher estava em seu ser, como um mal naturalizado, ou seja, canal do profano, ao passo que o homem era associado a tudo o que é sagrado e divino. Diante do exposto, constata-se a razão das resistências e oposições ao acesso da mulher aos lugares privilegiados de poder na igreja. Mas o ingresso a esses espaços não deve inquietá-la. Ter acesso ao Reino de Deus é a motivação prioritária. Visivelmente, sua salvação espiritual só poderia ocorrer pela experiência da maternidade, o que acaba reforçando ainda mais a sua dependência do homem. Em tudo isso, percebe-se uma hierarquização dos sexos, cujo fenômeno vai ser deslocado do âmbito religioso para o da natureza através de um processo de naturalização e da história da condição da mulher.

As tradições religiosas possibilitaram uma concentração dos segredos, domínio e mistérios da fé nas mãos dos homens. “Com isto, a comunidade de iguais, que é a casa de Deus, é apagada para dar passagem a uma comunidade hierárquica”.<sup>15</sup> Gebara confirma essa afirmação:

Quando nasce uma mulher, ela já nasce com esta etiqueta: Você é mulher. Você foi feita para limpar e passar. E quando nasce um homem se diz: você vai trabalhar e ter poder sobre as mulheres. Então muitas vezes é difícil trabalhar com os homens [...] acho que também é difícil para eles. Eles foram criados desta maneira e estão habituados a ter poder sobre os outros.<sup>16</sup>

Fiorenza<sup>17</sup> aprofunda o tema assegurando ser fundamental a reconstrução da história das mulheres no cristianismo primitivo para que haja a reconstituição das origens cristãs às mulheres.

A reconstrução da história cristã primitiva, com uma visão mais aprofundada nas experiências femininas, fez-se pertinente por tornar mais visível a existência de mulheres em diversos espaços, exercendo vários papéis no dia a dia das igrejas primitivas. Com este mesmo olhar, também são notáveis discursos pautados no literalismo dos textos bíblicos para justificar a submissão feminina e como a sua exclusão do exercício da função pastoral. Isto se explica quando analisamos as questões acerca de gênero.

Scott<sup>18</sup> trata o alcance do gênero como categoria de análise em diferentes sociedades e períodos, dos papéis sexuais e do simbolismo sexual, ressaltando que seu funcionamento produzia sentido à manutenção e à mudança da ordem social. A utilização do conceito de gênero exige a valorização das experiências femininas e das masculinas, trazendo o vínculo entre a história do passado e as práticas atuais. O mesmo conceito serve para designar um aspecto relacional,

<sup>15</sup> TAMEZ apud OSDOL, Judite van. *As mulheres e a graça*. São Leopoldo, Quito: Clai, 2008, p. 58.

<sup>16</sup> GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio: Uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 106.

<sup>17</sup> FIOREZA, Elisabeth Schissler. *As origens cristãs a partir da mulher: Uma nova hermenêutica*. São Paulo: Paulinas, 1992.

<sup>18</sup> SCOTT Joan. *Gênero: Uma categoria útil de análise histórica*, p. 1. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/Genero%20-%20Joan%20Scott%5B1%5D.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2010.



considerando que “o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens”, sem esferas separadas, rejeitando o determinismo biológico como justificativa para práticas de subordinação e indicando as construções sociais sobre os papéis adequados às mulheres e aos homens. Segundo Scott, o gênero pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado por ele e nem determina diretamente a sexualidade.

Scott<sup>19</sup> ainda apresenta o conceito de gênero pautado em dois pontos principais: uma primeira suposição assegura que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos; a segunda afirma que gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. Na primeira parte, o gênero como elemento constituinte das relações sociais é dividido em quatro elementos, ou subpartes, e não podem ser operados separadamente dos dois grandes pontos que compõem a definição de gênero descrita acima. O primeiro elemento afirma que os símbolos ficam difusos na cultura e evocam representações simbólicas, a exemplo de Eva e Maria como símbolos de mulher. O segundo são conceitos normativos que evidenciam a interpretação do sentido dos símbolos. Estes conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas; assumem forma típica de uma oposição binária, que afirma categoricamente os sentidos masculino e feminino. O terceiro elemento vincula-se à organização política como uma referência às instituições e à organização social. O quarto elemento caracteriza-se pela identidade subjetiva.

Destaca-se a segunda parte da definição de gênero que conclui que este é o início para conceituar as relações de poder, que é um campo por meio do qual o poder é articulado.

Tratando-se ainda da segunda definição, vale expor o pensamento de alguns teóricos buscando uma melhor compreensão. Para Chartier,<sup>20</sup> a forma de leitura dos textos quando constrói um sentido é um processo historicamente determinado, cujos modos e modelos variam de acordo com os tempos, lugares e comunidades.

É importante assinalar que o feminismo se ampara nestas discussões de gênero, e a sua produção teórica surge em resposta a um movimento social. Logo, estas elaborações são produzidas nas lutas, as quais têm muito do engajamento político nestas reflexões e vice-versa. Tal engajamento procura fazer com que as mulheres tomem consciência de si mesmas, de sua condição na história, de sua invisibilidade e opressão e se unam em resistência e protesto. Freitas reforça muito bem que

[...] a partir do século XIX a luta das mulheres ganha força nos países industrializados e assume características de um movimento mais amplo e organizado, que vai atingindo todas as esferas da vida humano-social, dando origem a um corpo teórico, bem como a

<sup>19</sup> SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, vol. 20, UFRGS, 1995, p. 13-15.

<sup>20</sup> CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Revista das Revistas. Estud. av.*, vol. 5, n. 11, São Paulo, jan./apr., 1991.



uma estratégia e uma tática de luta das mulheres, e que passa a ser conhecido como movimento feminista.<sup>21</sup>

São passos decisivos e importantes galgados por mulheres corajosas que decidem não mais serem coparticipantes nem sustentadoras do sistema de governo misógino da sociedade em que vivem. Dessa forma, muitas mulheres que abraçaram o movimento e soergueram a bandeira do feminismo romperam com um longo silêncio que as amordaçavam, bradaram e ainda hoje protestam contra as regalias dos homens ao longo da história, ao passo que a experiência feminina era e é esquecida e menosprezada, por conta do poder centralizado nas mãos de homens.

Cabe ressaltar que o movimento feminista ao longo destes anos não permaneceu estagnado. Diferentemente, como dizem Martha Narvaz e Sílvia Koller,<sup>22</sup> “o feminismo vem problematizando a si mesmo ao longo dos tempos, desde as doutrinas do feminismo original, em permanente (des) construção”, de modo que se pode observar diferentes movimentos feministas além das diferentes gerações e fases do feminismo que, em termos gerais, ficaram conhecidas como ondas do feminismo.

Todas estas faces e interfaces do feminismo têm seu tom de grito e desabafo, partindo da sua luta na conquista dos direitos civis que têm seu clímax em meados do século XX, culminando na Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU em 1948, seguida pela Declaração sobre a Discriminação da Mulher, em 1967, sendo esta a então chamada primeira onda do feminismo.<sup>23</sup>

Vale enfocar que o movimento sufragista, com origem na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos e na Espanha, teve uma colaboração ímpar, no começo do movimento feminista, em que afloravam as denúncias contra opressão da mulher imposta pelo patriarcado. Dentro desta primeira onda, podem-se encontrar várias correntes de pensamento religioso feminista dos quais duas vertentes se sobressaem.

A vertente não cristã que se subdivide em duas correntes, a primeira a que se autodenomina pós-cristã, em que as feministas que integram este grupo buscam novos espaços e caminhos para a experiência com o Transcendente a partir da sua condição de mulher. E a segunda, assim chamada de religião da deusa que visa trazer de volta a religião deusa por entender que é a que melhor se aplica ao feminismo. Destaca-se que tanto a primeira quanto a segunda corrente acham ser impossível haver uma mudança das estruturas androcêntricas e patriarcais nas quais se manifesta o cristianismo e, desta feita, rompem definitivamente com o cristianismo.

Em contra partida, a vertente cristã da teologia feminista se subdivide em três fases: a primeira delas vai de meados século XIX até os primórdios do século XX quando ocorre a Primeira Convenção

<sup>21</sup> FREITAS apud DANTAS, 2008, p. 53.

<sup>22</sup> NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. *Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política*. p. 4. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2010.

<sup>23</sup> NARVAZ; KOLLER, p. 4. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2010.



Americana pelos Direitos da Mulher. Aqui acontece um marco na história, quando Staton<sup>24</sup> dirige um trabalho ímpar de releitura e interpretação de passagens bíblicas referentes à mulher à luz da nova consciência de si mesma, surgindo daí a *Woman's Bible*. Ela aponta o caráter androcêntrico da Bíblia para provar que os seus textos misóginos não são a palavra de Deus, mas de varões.

A segunda fase é caracterizada, dentre outras coisas, pela polêmica em torno da questão do acesso da mulher à educação teológica e sua ordenação ao ministério pastoral. A terceira fase se reporta ao que corresponde ao neofeminismo (1960-1980), quando houve uma sistematização da produção feminista, que se consolida em nível internacional.<sup>25</sup>

A segunda onda do feminismo ganha força entre 1969 e 1970 e se desenvolve principalmente nos Estados Unidos e na França. As americanas apontavam a opressão masculina, além de buscarem a igualdade dos sexos. Já as francesas ressaltam a precisão de se concentrar justamente nas diferenças peculiares de cada sexo, porém acentuando a singularidade feminina, surgindo, assim, a partir de tais posicionamentos, o feminismo da igualdade que enfatiza a igualdade dos sexos e o feminismo da diferença em que, alhures, sobressaem as diferenças e a alteridade.<sup>26</sup>

Para Fraisse, “a questão filosófico-epistemológica da igualdade-diferença sobrepõe-se à questão política, sugerindo que diferentes subjetividades, masculinas e femininas, mesmo não sendo idênticas, podem ser iguais, no sentido de serem equivalentes”.<sup>27</sup>

Por fim, a terceira fase do feminismo não só focaliza a análise das diferenças como também busca examinar a alteridade, a pluralidade e a produção discursiva da subjetividade. Isso significa que o objeto de estudo não mais se centraliza sobre as mulheres ou na discussão biológica, mas se detém ao estudo das relações de gênero onde se espera refletir, ao mesmo tempo, a igualdade e a diferença na formação das subjetividades masculina e feminina.

Percebe-se que nesta terceira fase há uma intensa transversalidade entre o movimento político de luta das mulheres e a academia, quando começam a ser criados nas universidades núcleos de estudos sobre a mulher, estudos de gênero e feminismos,<sup>28</sup> inclusive no Brasil.

Em relação ao Brasil, enfatiza-se que os movimentos feministas dos séculos XIX e XX começam com mulheres com situação financeira estabilizada e abastada. Suely Costa<sup>29</sup> diz que estes movimentos

<sup>24</sup> STATON, Elizabeth Cady (1898). *The Women's Bible*. Disponível em: <<http://www.sacred-texts.com/wmn/wb/index.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

<sup>25</sup> SOTER. *Gênero e teologia: Interpelações e perspectivas*. São Paulo: Loyola, 2003, p. 23.

<sup>26</sup> NARVAZ; KOLLER, p. 5. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2010.

<sup>27</sup> FRAISSE apud NARVAZ; KOLLER, p. 5. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>>. Acessado em: 3 ago. 2010.

<sup>28</sup> NARVAZ; KOLLER, p. 6. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2010.

<sup>29</sup> COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. *Rev. Estud. Fem.*, 2004, vol. 12, n. spe, p. 28. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12nspe/a03v12ns.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2009.





“[...] propõem pautas de lutas sociais por igualdade em relação aos homens, contidas nos marcos de uma dada igualdade: a das mulheres para com os homens de mesma posição social [...]”.

Cynthia Sarti<sup>30</sup> comprova que o movimento feminista surgiu com força a partir da década de 1970 como feminismo de esquerda, em oposição e resistência à ditadura militar, por lutas pela liberdade democrática, período em que se institui o ano Internacional da Mulher (1975). O movimento estreia nas classes médias e se amplia alcançando as camadas populares e suas organizações de bairro, caracterizando-se num movimento de interclasses.

Constância Duarte<sup>31</sup> sugere pelo menos quatro fases que caracterizam o movimento feminista no Brasil, onde estas ondas ganham maior visibilidade nos períodos de 1830, 1870, 1920 e 1970.

A primeira onda (1830) começa quando as mulheres entram em cena na luta pelos direitos básicos de aprender a ler e a escrever. Em meio a essa luta, destaca-se Nísia Floresta Brasileira Augusta, que “[...] teria sido uma das primeiras mulheres no Brasil a romper com o espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada grande imprensa”;<sup>32</sup> a segunda onda (1870) é marcada essencialmente pelo enorme número de jornais e revistas assumidamente feministas. Esta fase pode ser considerada menos literária e mais jornalística.<sup>33</sup>

Na terceira onda (1920), as mulheres se organizam e bradam “pelo direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho, pois não queriam apenas ser professoras, mas também trabalhar no comércio, nas repartições públicas, nos hospitais e indústrias”.<sup>34</sup> Bertha Lutz está entre os nomes que mais se destacam e vai ser uma das mais proeminentes na campanha pelo voto feminino e pela igualdade de direitos entre os homens e mulheres no Brasil.<sup>35</sup>

A quarta onda (1970) é o momento da onda mais exuberante, a que foi capaz de alterar radicalmente os costumes e tornar as reivindicações mais ousadas em algo normal. Surgiram encontros e congressos de mulheres, cada qual com a sua especificidade de reflexão, assim como dezenas de organizações, muitas não tão femininas, mas todas reivindicando maior visibilidade, conscientização política e melhoria nas condições de trabalho.<sup>36</sup>

Como se pode constatar, a mulher ganha espaço no campo político e em várias outras instâncias de poder.

<sup>30</sup> SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: Lições do caso brasileiro. *Cad. Pagu*, 2001, n. 16, p. 36. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a03.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2009.

<sup>31</sup> DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estud. Avançados*, 2003, vol. 17, n. 49, p. 152. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a03.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2010.

<sup>32</sup> TEIXEIRA, Nínia Cecília Ribas Borges. *Escrita de mulheres e a (des)construção do cânone literário na pós-modernidade: Cenas Paranaenses*. Paraná: Unicentro, 2008, p. 58.

<sup>33</sup> TEIXEIRA, 2008, p. 58-58.

<sup>34</sup> TEIXEIRA, 2008, p. 59.

<sup>35</sup> LUTZ, Bertha. *Uma história de luta e conquistas de direitos da mulher no Brasil*. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/bertha-lutz-uma-historia-de-luta-conquistas-de-direitos-da-mulher-no-brasil-20102421>>. Acesso em: 12 out. 17.

<sup>36</sup> TEIXEIRA, 2008, p. 60.

## Considerações finais

A teologia feminista procura abrir caminho para a liberdade porque qualquer cultura, religião ou sociedade que transgrida a alteridade ou negue a dignidade da pessoa e o respeito da vida em geral é eticamente reprovável e humanamente injusta e deve ser combatida pelo princípio de que somos todos/as responsáveis pelo sofrimento do/a outro/a. Organização justa é aquela cujo primeiro princípio é o da igualdade, que consiste em direito de participação política, de opinião, consciência, religião. As desigualdades só são aceitáveis quando beneficiam os mais desfavorecidos na escala social. A falta de reconhecimento da dignidade da mulher provoca uma tensão que se eleva e intensifica a cada ato. O longo processo de naturalização da agressividade leva ao crescimento gradual dos níveis de violência, social, cultural e religiosa. Os diversos graus de violência contra a mulher não ocorreriam se não houvesse a negação da alteridade para com ela.

Estes são elementos destrutivos das relações sociais. Ao negar a semelhança através da dominação, tende-se à facilidade, a desconhecer a sua dignidade, o que leva a redução de sua alteridade a uma categoria social à qual o ser é classificado num papel pré-definido. Estes papéis sociais determinam o universo simbólico dos valores. Não há compatibilidade entre Deus e um contexto de práticas de normalidade violenta, ainda que estes relatados estejam implícitos ou explícitos na Bíblia. Deus é negado na negação da alteridade humana.

## Referências

- ARAÚJO, Maria de Fátima. Conjugalidade, parentalidade e gênero. *Psicologia clínica*, vol. 17, n. 2. Rio de Janeiro, RJ, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652005000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652005000200004)>. Acesso em: 14 set. 2016.
- BARBIERI DANTAS, Maria das Graças. *O ministério das mulheres*. Monografia de Bacharelado, Feira de Santana, 2008.
- BÍBLIA DO ESTUDO DO EVANGELISTA. Trad. João Ferreira de Almeida. São Paulo: Junta de Educação Religiosa e Publicações, 2002.
- BURKE, Peter. *A escrita da história: Novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1991.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Revista das Revistas*, Estud. av. vol. 5, n. 11, São Paulo, jan./apr., 1991.
- COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. *Rev. Estud. Fem.*, 2004, vol. 12, n. spe. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12nspe/a03v12ns.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2009.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estud. Avançados*, 2003, vol. 17, n. 49, p. 152. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a03.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2010.

FIGUEROA, Elisabeth Schissler. *As origens cristãs a partir da mulher*. Uma nova hermenêutica. São Paulo: Paulinas, 1992.

GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio*: uma fenomenologia feminista do mal. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUEDES, Ma. Eunice Figueiredo. Psicologia: ciência e profissão. *Gênero o que é isso?* Vol. 15, n. 1-3, Brasília: 1995.

LUTZ, Bertha. *Uma história de luta e conquistas de direitos da mulher no Brasil*. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/bertha-lutz-uma-historia-de-luta-conquistas-de-direitos-da-mulher-no-brasil-20102421>>. Acesso em: 12 out. 17.

MUSSKOPF, André S; STROHER, Marga J. *Corporeidade, etnia e masculinidade*. Reflexões do congresso latino americano de gênero e religião. São Leopoldo, RS, Sinodal, 2005.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. *Metodologias feministas e estudos de gênero*: articulando pesquisa, clínica e política. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2010.

OSDOL, Judite van. *As mulheres e a graça*. São Leopoldo, São Paulo, Quito: Clai, 2008.

ROSSINHOLLI, Dinamar Reis. *A mulher fazendo teologia*. Monografia de Bacharelado. Feira de Santana, BA, 2007.

ROSSINHOLLI, Dinamar Reis. *A mulher fazendo teologia*. Monografia de Bacharelado. STBNE. Feira de Santana, BA, 2007.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: Lições do caso brasileiro. *Cad. Pagu*, 2001, n. 16. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a03.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2009.

SCOTT, Joan. "Gênero: Uma categoria útil de análise histórica". *Revista Educação e Realidade*, vol. 20, UFRGS, 1995, p. 13-15.

SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal*: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002. Disponível em: <[http://coletivofeminista.blogspot.com/2008/03/feminismo\\_di\\_lemas\\_velhos\\_e\\_novos\\_uma.html](http://coletivofeminista.blogspot.com/2008/03/feminismo_di_lemas_velhos_e_novos_uma.html)>. Acesso em: 12 jan. 10.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, vol. 16, n. 2, Porto Alegre: jul./dez., 1990.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de Análise Histórica. *Revista Educação e Realidade*, vol. 20 n. 2, jul./dez. Porto Alegre, 1995, p. 71-99. p. 86. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/71721-297572-1-PB.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2010.

SOTER. *Gênero e teologia*: interpelações e perspectivas. São Paulo: Loyola, 2003.

STATON, Elizabeth Cady. *The Women's Bible*. (1898). Disponível em: <<http://www.sacred-texts.com/wmn/wb/index.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

TEIXEIRA, Nínia Cecília Ribas Borges. *Escrita de mulheres e a (des)construção do cânone literário na pós-modernidade*: Cenas Paranaenses, Paraná: Unicentro, 2008.



YAMABUCHI, Alberto Kenji. *Uma voz paradoxal: A visibilização do conflito de gênero e poder na Convenção Batista Brasileira dos anos oitenta através do livro Centelha em Restolho Seco* de Betty Antunes de Oliveira. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.metodista.br/ppc/netmal-i> [...]>. Acesso em: 5 ago. 2010.

[Recebido em: outubro de 2017 /  
Aceito em: outubro 2018]